



Posicionamento para o crescimento

João Marchesan (*)

Não pretendemos aqui reeditar os velhos jargões como 'não há crise que resista ao trabalho' ou 'em toda a crise há uma oportunidade' e outros no gênero

O que pretendemos verdadeiramente é propor um movimento dotado de ações para o desenvolvimento, onde todos possamos trilhar o mesmo caminho – o do retorno ao crescimento. É claro que não depende apenas das nossas ações, mas creio que um movimento voltado para a positividade e o crescimento, sem tanto pessimismo, possa ajudar. Por exemplo, todos sabemos do potencial do Brasil, todos temos certeza que vivemos em um País sem terremoto, tsunamis ou qualquer outra grande catástrofe ambiental.

As nossas tempestades são de outra natureza e, como tudo na vida, vão passar. E nós todos sabemos todos os esforços que temos envidado no sentido de pelo menos minimizar os efeitos da tempestade política no nosso setor, criando uma Frente Parlamentar e tendo uma ação direta e incisiva em todas as frentes governamentais, especialmente as ligadas ao poder de alterar certas medidas capazes de melhorar o nosso status quo.

No entanto, conhecemos também que o nosso setor tem muitos problemas da porta da fábrica para dentro, para isso desenvolvemos várias parcerias para ajudar na capacitação das nossas empresas e respectivas lideranças e isso pode se tornar uma poderosa ferramenta para o crescimento. Uma certeza temos, não adianta se desesperar e tomar atitudes impensadas para tentar resolver os problemas de agora sem pensar no futuro.

Precisamos nos concentrar minimamente em estudos que possam indicar tendências como os que temos feito na área de competitividade, porque se soubermos mais ou menos o que vai acontecer podemos traçar planos para

quando a crise acabar e certamente sairemos dessa mais forte.

De outro lado, sabemos que ações visando o desenvolvimento para gerar efetivo crescimento nessa altura do campeonato podem vir de duas frentes: exportações de manufaturados e/ou investimentos públicos. Sabemos que grande parte do nosso setor de máquinas e equipamentos já exporta, mas a ampliação da estratégia baseada no mercado externo demoraria mais a se consolidar, enquanto que a elevação dos investimentos públicos exerceria impactos mais imediatos.

O impulso de demanda gerado por estes investimentos alavancaria o nível de renda do setor privado. Vale dizer que além de importantes injeções de demanda no curto-prazo, a melhora na infraestrutura também conferiria ganhos de competitividade à produção doméstica no médio/longo prazo. Todos compreendemos que investimentos nas políticas básicas como infraestrutura, saúde e educação são a base para a volta do crescimento do País.

Obviamente, além da sugestão de investimentos, continuaremos insistindo na nossa agenda de competitividade para o País, pedindo um câmbio previsível, juros menores e uma redução sensível da carga tributária, não nos esquecendo que com toda a crise, tem muitas possibilidades para a indústria de máquinas e equipamentos e o foco do nosso trabalho junto ao governo deve ser desenvolver o setor industrial, principalmente levando em consideração o grande mercado consumidor que existe no Brasil.

Nesse sentido podemos trabalhar a favor do crescimento e tentar analisar as tendências sem se descuidar do dia a dia das nossas empresas, tomando atitudes sempre com atenção aos nossos planos de negócios, ao fluxo de caixa e às nossas efetivas possibilidades de crescimento.

(*) - É administrador, empresário e presidente do Conselho de Administração ABIMAQ/SINDIMAQ.

Esforço concentrado no Senado para votar projetos de segurança

A poucas semanas do recesso parlamentar que, oficialmente, começa no dia 23 de dezembro, o Senado deve fazer um esforço concentrado em torno de projetos relacionados à segurança pública

A ideia do presidente da Casa, senador Eunício Oliveira, é dedicar uma semana no plenário somente a esse tema. Muitas dessas propostas estão na Comissão de Constituição e Justiça. A expectativa é de que amanhã (6) elas sejam votadas no colegiado e possam ser liberadas para votação por todos os senadores em plenário.

A senadora Simone Tebet (PMDB-MS), por exemplo, é relatora de quatro propostas - uma delas restringe o chamado saído temporário de presidiários das cadeias. Hoje, o juiz pode conceder até sete dias de saída temporária, até cinco vezes ao ano, para cada preso. Se o projeto for aprovado, só poderão ser concedidos até quatro dias, no máximo, duas vezes por ano. O voto de Simone é favorável à proposta que também agrava a pena para detentos que cometerem novos crimes no tempo em que estiverem fora da prisão.

Também estão sob a relatoria da senadora o projeto do



Uma das propostas restringe o chamado saído temporário de presidiários das cadeias.

senador Wilder Morais (PP-GO), que determina que as armas apreendidas, quando não mais interessarem ao processo penal, sejam doadas às Forças Armadas e aos órgãos de segurança pública da União e dos estados. Entre outras matérias, os senadores podem analisar o texto que disciplina o uso de drones pelos órgãos de segurança pública. Também pode

ser votado o projeto que altera o Código Penal para penalizar a injúria praticada por razões de gênero.

Há ainda um projeto que altera o Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes na prática de crimes. Outro item convoca plebiscito sobre a revogação do Estatuto do Desarmamento. Também

está na pauta a proposta que prevê o cumprimento integral da pena, em regime fechado, no caso de lesão corporal gravíssima ou lesão corporal seguida de morte praticadas contra agentes de segurança pública. Esse mesmo texto aumenta o tempo para a conquista do direito de progressão de regime em todos os crimes hediondos e equiparados (ABR).

Maia espera votar reforma da Previdência neste ano

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, afirmou que espera votar a reforma da Previdência ainda neste ano. Após reunião na residência oficial com líderes e presidentes de partidos da base do governo, Maia informou que os parlamentares vão trabalhar para construir as condições de se votar a reforma. "Fizemos uma reunião com os partidos da base e saímos da reunião com expectativa muito grande de conseguir reunir os votos destes partidos que somam mais de 320 votos", disse Maia.

O presidente não quis marcar uma data para pautar o texto no Plenário. "Estou tratando de expectativa, espero que a gente tenha condições de votar a reforma nesse ano que vai dar um resultado fundamental para o crescimento do Brasil". Maia voltou a defender a reforma como uma oportunidade para o Brasil crescer e recuperar a economia. "Nós vivemos hoje um momento muito importante, em que o Brasil vai escolher um caminho: ou o caminho da responsabilidade fiscal ou o caminho da perda de tudo o que foi construído", disse.

Maia reafirmou ainda que a reforma não mexe em nenhum direito trabalhista. "Essa reforma excluiu tudo aquilo que tinha dúvidas sobre qualquer retrocesso em relação ao trabalhador mais pobre", afirmou (Ag.Câmara).

Fim da lei Kandir é 'ameaça' ao agronegócio brasileiro

A revogação da chamada Lei Kandir representará um grande retrocesso ao País e a maior ameaça ao agronegócio brasileiro se for aprovada pelo Congresso, avalia a Sociedade Rural Brasileira (SRB), em repúdio à aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, da proposta que revoga a Lei. Criada em 1996, a lei desonera o ICMS os produtos primários (não-industrializados) e bens semielaborados destinados à exportação.

Com a revogação, o ICMS passará a incidir sobre as vendas ao exterior de petróleo, grãos, minério de ferro, café, açúcar, entre outros produtos, tornando-os menos competitivos no mercado internacional. A iniciativa é autoria do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e tem como relator o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG). A proposta agora segue para exame do Plenário do Senado. Para a SRB, a proposta vai na contramão das propostas de reforma tributária em discussão pelo Governo e é um disparate justamente no momento em que os Estados debatem a cobrança da tributação do ICMS no destino.

"A medida sacrifica, direta ou indiretamente, todos os setores da economia, e ainda



Para a SRB, a proposta vai na contramão das propostas de reforma tributária.

pode trazer efeitos devastadores ao agronegócio, atualmente responsável por 48% das exportações do Brasil", avalia Marcelo Vieira, presidente da SRB. Em 1996, quando a Lei Kandir foi instituída, o saldo anual da balança comercial do agronegócio era de US\$ 12,2 bilhões. Desde então, as exportações avançaram significativamente. Em 2016, o saldo totalizou US\$ 71,3 bilhões, o que representou um aumento significativo de 484%.

Segundo Vieira, se recentemente o Brasil celebrou mais um recorde da balança comercial, com superávit de US\$ 5,2 bilhões no mês de outubro, muito se deve ao agro. O setor

foi responsável por exportar US\$ 8,02 bilhões em apenas um mês e contribuiu com um superávit de US\$ 6,89 bilhões. Mais do que estimular as exportações, Vieira defende que a Lei Kandir promoveu na economia brasileira um ambiente mais seguro e favorável.

"Se a lei for revogada, as consequências serão devastadoras, com um impacto na produção do País, e, consequentemente, incorrendo em aumento na taxa de desemprego, queda do PIB, redução de investimentos estrangeiros, inflação e outros efeitos que refletem diretamente na economia", conclui o presidente da SRB (Ag.Blue Chip).

Presidente é reeleito em Honduras, mas oposição aponta fraude



Opositores acusam a contagem de manipulação pró-Hernández.

Após uma recontagem de votos, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de Honduras confirmou na manhã de ontem (4) a vitória do atual presidente do país, Juan Hernández, no polêmico pleito de 26 de novembro. Hernández conquistou 42,98% dos votos contra 41,39% do opositor Salvador Nasralla, que já avisou que não reconhece o resultado.

No entanto, apesar de divulgar todos os dados oficiais no seu site, o presidente do TSE, David Matamoros, não fez o tradicional discurso dos resultados. Segundo Matamoros, o anúncio só será divulgado quando a recontagem total dos votos estiver concluída. Ela incluiu 1.006 urnas colocadas sob suspeita pelos opositores do Aliança de Oposição contra a Ditadura.

Os opositores acusam a contagem de manipulação pró-Hernández, já que no primeiro dia de apuração, Nasralla apare-

ceu com 5% de vantagem em mais de dois terços das urnas apuradas. No dia seguinte, inexplicavelmente, a apuração foi paralisada e retomada 24 horas depois. Nesse momento, Hernández apareceu na liderança do pleito. Com isso, os protestos se multiplicaram pelas ruas, com ao menos três mortos durante o fim de semana, em cenas de guerra urbana.

Até mesmo o papa Francisco fez um apelo para que a calma retornasse nesse "momento difícil da história social e política" de Honduras. A votação no país já começou em clima muito tenso dado que Hernández não poderia concorrer à reeleição. Como a Constituição local não permitia a reeleição, o então mandatário entrou com um pedido na Corte Suprema para poder disputar o pleito - benefício concedido pelos juízes. Já Nasralla é um ex-apresentador de televisão que lidera uma coalizão de esquerda (ANSA).

Benefício a municípios com mais de 70% de área preservada

A Comissão de Meio Ambiente da Câmara aprovou proposta que reduz a zero as alíquotas de contribuição previdenciária patronal das prefeituras de municípios que possuam mais 70% de seu território ocupado por unidades de conservação de proteção integral e por áreas de preservação permanente. Essa contribuição tem alíquota de 22% dos salários e se aplica às prefeituras que não tenham regime próprio de previdência.

O texto aprovado foi o substitutivo do relator, deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), ao projeto do deputado Roberto de Lucena (PV-SP). O relator restringiu o benefício da proposta original. O texto do autor cita unidades de conservação e áreas de preservação ambiental (APAs). O relator concede o benefício apenas nos casos de unidades de conservação "de proteção integral" e áreas de preservação permanente (APPs).

"Nas unidades de conservação de proteção integral, não



Colatto concordou com o benefício: atividade econômica é inviabilizada nas APPs.

é possível, de fato, o desenvolvimento de atividades econômicas, o que justificaria uma compensação econômica aos municípios que as abrigam. Entretanto, nas unidades de uso sustentável, o desenvolvimento de atividades econômicas é possível e mesmo desejável", disse Colatto.

Quanto à concessão do benefício tributário para APPs,

o relator disse que, no caso das APAs, previstas no projeto original, não há, em princípio, maiores impedimentos para o desenvolvimento de atividades econômicas de qualquer espécie. O projeto, que tramita em caráter conclusivo, ainda será analisado pelas comissões de Seguridade Social; Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça (Ag.Câmara).

Justiça libera propaganda sobre reforma da Previdência

O desembargador Hilton Queiroz, presidente do TRF1, derrubou a decisão liminar (provisória) que havia suspenso a veiculação da campanha publicitária do governo federal sobre a reforma da Previdência. Para Queiroz, ao decidir suspender a propaganda da Previdência, a juíza federal Rosimayre Gonçalves de Carvalho praticou uma "grave violação à ordem pública". O desembargador escreveu ainda que a liminar representava "explícita violação ao princípio constitucional da separação de Poderes".

A suspensão da exibição das peças publicitárias foi solicitada pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip), entre outras entidades. Na decisão pela suspensão, a juíza Rosimayre entendeu que o conteúdo das peças publicitárias veicula desinformações. "Essa diretoria conduz a população ao engano de acreditar que apenas os servidores públicos serão atingidos pela mudança", disse a juíza.

No dia seguinte à suspensão, a Advocacia-Geral da União recorreu ao TRF1. No pedido, a AGU argumentou ser dever da União "demonstrar à população a necessidade de mudança do sistema previdenciário diante da possibilidade concreta de ausência de recursos para fazer frente ao pagamento de aposentadorias" (ABR).



Para veiculação de seus Balanços, Atas, Editais e Leilões neste jornal, consulte sua agência de confiança, ou ligue para

TEL: 3106-4171 Fax: 3107-2570

www.netjen.com.br